

[www.pwc.com.br](http://www.pwc.com.br)

---

# *Instituto de Pesquisa PENSI*

*Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023  
e relatório do auditor independente*





## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores, Diretores e Conselheiros  
Instituto de Pesquisa PENSI

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Pesquisa PENSI ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros".

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Instituto de Pesquisa PENSI

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da empresa controlada em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Instituto. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Instituto



Instituto de Pesquisa PENSI

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024

*PricewaterhouseCoopers*  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by  
Fábio de Oliveira Araújo  
Signed By: FÁBIO DE OLIVEIRA ARAÚJO 27382814866  
CPF: 37382814866  
Signing Time: 30 April 2024 | 17:17 BRT  
© 2024 Brasil. OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Inscrit: AC SERASA RFB-01

**Fábio de Oliveira Araújo**  
Contador CRC 1SP241313/O-3

**Instituto de Pesquisa PENSI**  
**Balço patrimonial em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>01/01/2022</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>01/01/2022</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.313	1.257	1.152	Fornecedores (Nota 13)	1.137	610	172
Aplicação financeira com restrição (Nota 14)	1.462	1.849	1.918	Passivo de arrendamentos (Nota 12)	745	478	259
Estoques	139	149	57	Impostos e contribuições a recolher	160	108	66
Adiantamentos a fornecedores e funcionários (Nota 7)	1.057	133	429	Salários e encargos a pagar (Nota 14)	723	608	440
Outras contas a receber	14	69	8	Outras contas a pagar	63	68	49
Despesas antecipadas (Nota 8)	509	440	103	Subvenções governamentais (Nota 15)	1.153	1.802	1.913
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>4.494</b>	<b>3.897</b>	<b>3.667</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.981</b>	<b>3.674</b>	<b>2.899</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Investimentos (Nota 9)	-	-	3.298	Passivo de arrendamentos (Nota 12)	2.000	2.146	1.466
Imobilizado (Nota 10)	2.521	2.365	1.815	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.000</b>	<b>2.146</b>	<b>1.466</b>
Intangível (Nota 11)	22	32	39				
Direito de uso (Nota 12)	2.333	2.406	1.725	<b>Total do passivo</b>	<b>5.981</b>	<b>5.820</b>	<b>4.365</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.876</b>	<b>4.803</b>	<b>6.877</b>	Patrimônio líquido (Nota 16)			
				Patrimônio social	3.389	2.880	6.179
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.389</b>	<b>2.880</b>	<b>6.179</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>9.370</b>	<b>8.700</b>	<b>10.544</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>9.370</b>	<b>8.700</b>	<b>10.544</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Demonstrações do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Receitas Operacionais</b>		
<b>Com restrição</b>		
Programas (atividades) de saúde (Nota 15)	790	261
<b>Sem restrição</b>		
Contribuições e doações voluntárias (Nota 18)	18.909	13.615
Receitas de serviços prestados (Nota 18)	407	1.057
Receita com voluntariado (Notas 18 e 22)	1.267	1.056
Receita com gratuidade concedida (Notas 18 e 23)	2.807	236
	<u>24.180</u>	<u>16.225</u>
Custos serviços prestados (Nota 19)	<u>(10.284)</u>	<u>(8.412)</u>
<b>Resultado bruto</b>	<u>13.896</u>	<u>7.813</u>
Despesas administrativas e gerais (Nota 20)	(6.001)	(4.677)
Despesa com voluntariado (Nota 22)	(1.267)	(1.056)
Despesa com gratuidades concedidas (Nota 23)	(2.807)	(236)
Redução ao valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> ) (Nota 9)	249	(3.120)
Despesas tributárias	(179)	(153)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9)	(2.964)	(1.578)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	<u>(48)</u>	<u>35</u>
<b>Superávit (Déficit) operacional</b>	<u>879</u>	<u>(2.972)</u>
Receitas financeiras (Nota 21)	241	185
Despesas financeiras (Nota 21)	<u>(611)</u>	<u>(512)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(370)</u>	<u>(327)</u>
<b>Superávit (Déficit) do exercício</b>	<u>509</u>	<u>(3.299)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Demonstrações do resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em milhares de reais**

---

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Superávit (Déficit) do exercício</b>	509	(3.299)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>509</b></u>	<u><b>(3.299)</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em milhares de reais**

	<b>Patrimônio social</b>	<b>Superávit (Déficit) acumulado</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.179</b>	-	<b>6.179</b>
Déficit do exercício	-	(3.299)	<b>(3.299)</b>
Absorção do Déficit do exercício	(3.299)	3.299	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.880</b>	-	<b>2.880</b>
Superávit do exercício	-	509	509
Destinação do Superávit do exercício	509	(509)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023 (Nota 16)</b>	<b>3.389</b>	-	<b>3.389</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Superávit (Déficit) do exercício</b>	<b>509</b>	<b>(3.299)</b>
<b>Ajustes de</b>		
Depreciação e amortização (Nota 10)	337	361
Baixa de bens do ativo imobilizado (Nota 10)	91	-
Depreciação do ativo de direito de uso (Nota 12)	685	502
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9)	2.964	1.578
Redução ao valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> )	(249)	3.120
	<b>4.337</b>	<b>2.262</b>
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras com restrição	386	70
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(925)	296
Outras contas a receber	55	(61)
Estoques	11	(92)
Despesas antecipadas	(69)	(338)
Fornecedores	528	438
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	114	168
Impostos e contribuições a recolher	52	42
Subvenções governamentais	(649)	(111)
Outros passivos	(3)	18
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>3.837</b>	<b>2.692</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível (Nota 10)	(575)	(904)
Aumento de capital em controlada em conjunto (Nota 9)	(2.715)	(1.400)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(3.290)</b>	<b>(2.304)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos (principal) (Nota 12)	(491)	(283)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(491)</b>	<b>(283)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>56</b>	<b>105</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>1.257</b>	<b>1.152</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>1.313</b>	<b>1.257</b>
<b>Itens que não afetam o caixa</b>		
Reconhecimento inicial de direito de uso e remensurações	612	2.907
Reconhecimento inicial de passivo de arrendamento	(612)	(2.907)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Instituto de Pesquisa PENSI**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

## **1 Informações gerais**

---

### **1.1 Contexto operacional**

---

O Instituto de Pesquisa PENSI (o “Instituto”) é uma instituição sem fins lucrativos com sede em São Paulo, organizada sob forma de organização de sociedade civil de interesse público - OSCIP, sendo o seu objeto social a promoção do voluntariado e a realização de estudos e pesquisas de desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos na área da saúde e segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.

O Instituto foi fundado em outubro de 2012 e obteve a qualificação de OSCIP em julho de 2013.

Como forma de expandir o conhecimento em pediatria e incentivar estudos que melhorem a eficácia e segurança da assistência global à saúde da população pediátrica, o Centro de Pesquisa do Instituto desenvolve pesquisas clínicas, observacionais e epidemiológicas, através de incentivos ao seu corpo clínico interno e parcerias com outras instituições de pesquisa. A idealização deste Centro de Pesquisa veio ao encontro dos ideais de expandir o conhecimento em saúde infantil, agregar valor com conceito de qualidade e padronização nos atendimentos e condutas de “excelência em pediatria” além de contribuir para o aumento dos benefícios para população pediátrica atual e futura.

O Instituto também organiza cursos, simpósios e congressos, presenciais e à distância para profissionais que atuam em pediatria, além de cursos presenciais e à distância para leigos através do seu Centro de Ensino, que tem como objetivo promover educação e ensino na área da saúde infanto-juvenil e capacitar profissionais da saúde que atuam em pediatria, incluindo pediatras e especialistas de outras áreas, como enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, farmacêuticos e psicólogos. Para ministrar os cursos, o Instituto reúne os profissionais mais gabaritados em suas respectivas áreas, que compartilham seus conhecimentos com um público-alvo de alunos com interesse em saúde da criança e do adolescente. Os cursos voltados aos profissionais médicos proporcionam pontos da Comissão Nacional de Acreditação da Associação Médica Brasileira (CNA/AMB), promovendo o ensino continuado aos pediatras e outros médicos que atuam com crianças, contribuindo com a revalidação de seus títulos de especialistas.

Em 2014, o Instituto lançou sua plataforma de Ensino a Distância (EAD), que propicia atualizações e capacitações em temas diversos para profissionais da saúde que atuam em pediatria, pais e cuidadores.

O Instituto, cumprindo seu papel social, apoia e atua em diversas iniciativas sociais e de pesquisas, oriundas de Organizações Não Governamentais (ONGs) e de instituições de ensino.

A gestão do Instituto é estruturada por uma diretoria executiva e um conselho fiscal.

O Instituto não se beneficia da imunidade tributária em relação ao INSS. O Programa de Integração Social (PIS) incide sobre a folha de salários, conforme estabelecido no artigo 13 da MP no 2.158-35. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não são devidos por disposição expressa da Lei no 9.532/97.

Em atendimento à ITG 2002 (R1) (Nota 2.1), os impostos que seriam devidos caso o Instituto não fosse isento seriam o imposto de renda e a contribuição social.

## **Instituto de Pesquisa PENSI**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **1.2 Reforma Tributária sobre o consumo**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

#### **1.3 Aprovação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo conselho fiscal do Instituto em 30 de abril de 2024.

## **2 Resumo das políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.1 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo pronunciamentos, as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Na adoção inicial do CPC integral, o Instituto segue a premissa definida pelo CPC 06 (R2) bem como no IFRS 16 - Arrendamentos foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota 2.15. O Instituto optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído na data de transição, considerando que: (i) o ativo imobilizado do Instituto é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (ii) o serviço em que a Instituto opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da administração revisão frequente dos valores recuperáveis; e (iii) as práticas contábeis adotadas no registro dos bens do ativo imobilizado já eram consistentes com o CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Até 31 de dezembro de 2022 as demonstrações contábeis do Instituto eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME).

## **Instituto de Pesquisa PENSI**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis do Instituto. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

#### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

#### **2.3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras com restrição**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O saldo de aplicações financeiras com restrição está relacionado às subvenções governamentais de programas de saúde e está classificado em linha separada do caixa e equivalentes de caixa, conforme detalhado na Nota 15.

#### **2.4 Estoques**

Os estoques são compostos basicamente por materiais de ensino e materiais hospitalares para pesquisas clínicas e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável é custo para utilização no curso normal da prestação de serviços, menos quaisquer custos estimados para a sua utilização. O valor contábil dos estoques é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

#### **2.5 Investimento**

A totalidade do investimento do Instituto está representada por participação em sociedade controlada em conjunto, avaliada com base no método de equivalência patrimonial e inicialmente reconhecida pelo seu valor de custo.

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora em cada um dos elementos do patrimônio líquido da sociedade investida, reconhecendo a participação nos lucros (prejuízos) de cada investida na demonstração do resultado do exercício.

Os ganhos não realizados das transações entre o Instituto e sua investida são eliminados na proporção da participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. O saldo de investimentos é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

## Instituto de Pesquisa PENSI

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### a) **Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura**

O ágio é um ativo que representa os benefícios econômicos futuros oriundos de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios.

O valor do ágio ou deságio do investimento é determinado pela diferença entre o custo de aquisição do investimento e o valor de participação no Patrimônio Líquido da controlada.

#### **2.6 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Todos os reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

- . Benfeitorias - 3 anos
- . Equipamentos - 5 anos
- . Móveis e utensílios - 10 anos
- . Equipamentos de informática - 5 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados a cada encerramento de exercício financeiro, se necessário, caso exista uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço, levando a uma mudança de estimativas contábeis.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

#### **2.7 Ativos intangíveis**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

#### **2.8 Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)**

O saldo do imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para verificar se há eventos de perdas ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando ocorre que o valor contábil esteja acima do valor recuperável do ativo é constituída uma provisão para perda reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável. O valor recuperável do ativo é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor em uso.

## **Instituto de Pesquisa PENSI**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.9 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

#### **2.10 Ativos de direito de uso e passivo de arrendamentos**

O Instituto faz locação de conjuntos de prédios comerciais para sua área de produção e administrativa. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de três a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Instituto aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Instituto é a arrendatária, o Instituto optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- . pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- . o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Instituto:

- . sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- . usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Instituto, sem financiamento recente com terceiros; e
- . faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

## **Instituto de Pesquisa PENSI**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O Instituto está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação do contrato, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, alterações em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

O Instituto adotou o pronunciamento CPC 6 (R2) – Operações de arrendamento em 1º de janeiro de 2022, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos do Instituto, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável.

Na data da adoção inicial, o Instituto utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 1º de janeiro de 2023, sem qualquer atualização das informações comparativas.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Instituto estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

#### **2.11 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo seu valor justo, que corresponde basicamente ao valor das faturas. Não há desconto a valor presente em decorrência do curto prazo de vencimento dos títulos. O Instituto não realiza operações de risco sacado.

#### **2.12 Provisões**

O Instituto reconhece as provisões quando: i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

## **Instituto de Pesquisa PENSI**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **2.13 Subvenções governamentais**

São registrados como subvenção governamental os valores recebidos de órgãos governamentais que contribuam para o cumprimento passado ou futuro de determinadas condições relacionadas às atividades operacionais do Instituto.

As subvenções governamentais que se relacionam com contribuições para a compra ou a construção de ativos de longo prazo são qualificadas como subvenções governamentais relacionadas a ativos. Os valores recebidos de subvenções governamentais de ativos são mensurados ao valor justo e apresentado no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, ou deduzindo o valor contábil do ativo relacionado.

Enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento da receita com subvenção governamental na demonstração do superávit, a contrapartida da subvenção é registrada em conta específica do passivo.

#### **2.14 Apuração do superávit (déficit)**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de doações e patrocínios, bem como as quotas associativas, são reconhecidas no resultado no momento em que são recebidas.

As receitas de cursos são contabilizadas no momento em que os eventos, palestras e seminários são realizados.

#### **2.15 Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs, uma vez que até o exercício anterior era aplicado o CPC PME.

No balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, tomamos como base para transição para as CPCs em 1º de janeiro de 2022, e do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são apresentados abaixo:

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Ativo</b>	<b>01/12/2022</b>		<b>01/12/2022</b>		<b>01/12/2022</b>		<b>01/12/2022</b>	
	<b>De acordo com as práticas contábeis anteriores</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Aplicação integral dos CPC's</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>De acordo com as práticas contábeis anteriores</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Aplicação integral dos CPC's</b>	
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.152	-	1.152	Fornecedores	172	-	172	
Aplicação Financeira com restrição	1.918	-	1.918	Passivo de arrendamentos (Notas 2.10 e 12)	-	259	259	
Estoques	57	-	57	Impostos e contribuições a recolher	66	-	66	
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	429	-	429	Salários e encargos a pagar	440	-	440	
Outras contas a receber	8	-	8	Outras contas a pagar	49	-	49	
Despesas antecipadas	103	-	103	Subvenções governamentais	1.913	-	1.913	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>3.667</b>	<b>-</b>	<b>3.667</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.640</b>	<b>259</b>	<b>2.899</b>	
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>				
Investimento	3.298	-	3.298	Passivo de arrendamentos (Notas 2.10 e 12)	-	1.466	1.466	
Imobilizado	1.815	-	1.815	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.466</b>	<b>1.466</b>	
Intangível	39	-	39	<b>Total do passivo</b>	<b>2.640</b>	<b>1.725</b>	<b>4.365</b>	
Direito de uso (Notas 2.10 e 12)	-	1.725	1.725	Patrimônio líquido				
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>5.152</b>	<b>1.725</b>	<b>6.877</b>	Patrimônio social	6.179	-	6.179	
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>6.179</b>	<b>-</b>	<b>6.179</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>8.819</b>	<b>1.725</b>	<b>10.544</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>8.819</b>	<b>1.725</b>	<b>10.544</b>	

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2022</b>		<b>31/12/2022</b>		<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>31/12/2022</b>		<b>31/12/2022</b>	
	<b>De acordo com as práticas contábeis anteriores</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Aplicação integral dos CPC's</b>			<b>De acordo com as práticas contábeis anteriores</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Aplicação integral dos CPC's</b>	
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.257	-	1.257		Fornecedores	610	-	610	
Aplicação Financeira com restrição	1.849	-	1.849		Passivo de arrendamentos (Notas 2.10 e 12)	-	478	478	
Estoques	149	-	149		Impostos e contribuições a recolher	108	-	108	
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	133	-	133		Salários e encargos a pagar	608	-	608	
Outras contas a receber	69	-	69		Outras contas a pagar	183	(115)	68	
Despesas antecipadas	425	15	440		Subvenções governamentais	1.802		1.802	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>3.882</b>	<b>15</b>	<b>3.897</b>		<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.311</b>	<b>363</b>	<b>3.674</b>	
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Investimento	-	-	-		Passivo de arrendamentos (Notas 2.10 e 12)	-	2.146	2.146	
Imobilizado	2.365	-	2.365						
Intangível	32	-	32		<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>2.146</b>	<b>2.146</b>	
Direito de uso (Notas 2.10 e 12)	-	2.406	2.406						
<b>EstáTotal do ativo não circulante</b>	<b>2.397</b>	<b>2.406</b>	<b>4.803</b>		<b>Total do passivo</b>	<b>3.311</b>	<b>2.509</b>	<b>5.820</b>	
					Patrimônio líquido				
					Patrimônio social	2.968	(88)	2.880	
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.968</b>	<b>(88)</b>	<b>2.880</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>6.279</b>	<b>2.421</b>	<b>8.700</b>		<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>6.279</b>	<b>2.421</b>	<b>8.700</b>	

## Instituto de Pesquisa PENSI

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Alterações adotadas pelo Instituto

As seguintes alterações adicionais de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- **Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.
- **Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Instituto.

#### 2.16 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – “*Presentation of financial statements*”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante.

Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- **Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- **Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs.
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
  - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
  - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
  - (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i)
- (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Instituto.

Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Instituto.

## **Instituto de Pesquisa PENSI**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

## **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

O Instituto faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

### **(a) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário**

O Instituto não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

### **(b) Determinação do prazo de arrendamento**

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos das edificações, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- . Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Instituto irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- . Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Instituto irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- . Adicionalmente, o Instituto considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

### **3.1 Estimativas do valor justo**

Pressupõe que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) esteja próxima de seus valores justos. Não existem outros valores relevantes.

## **Instituto de Pesquisa PENSI**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **4 Gestão de risco financeiro**

##### **4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades do Instituto o expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

A diretoria financeira do Instituto coordena o acesso aos mercados financeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações do Instituto, por meio de relatórios e análises internas.

O programa de gestão de risco do Instituto se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Instituto.

##### **(a) Risco de crédito**

A política de prestação de serviços do Instituto está diretamente associada ao nível de risco de crédito a qual está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

##### **(b) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada no Instituto pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Instituto para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis, a fim de que o Instituto não quebre os limites em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Instituto e cumprimento das metas internas do Instituto.

O capital circulante líquido do Instituto, que corresponde a diferença entre ativo circulante e passivo circulante, foi R\$ 513 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 223 em 31 de dezembro de 2022). A administração do Instituto entende que possui liquidez satisfatória, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, e mantém o controle orçamentário estabelecido.

##### **4.2 Gestão de capital**

Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital são de salvaguardar a continuidade do Instituto para a manutenção de suas operações.

O Instituto controla sua estrutura de capital fazendo os ajustes e a adequando às condições econômicas atuais.

Não houve alteração quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**5 Instrumentos financeiros por categoria**

	<b>Ativos ao custo amortizado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ativos conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.313	1.257
	<b>1.313</b>	<b>1.257</b>
	<b>Passivos ao custo amortizado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores (Notas 15)	1.137	610
Passivo de arrendamentos (Nota 12)	2.745	2.624
	<b>3.882</b>	<b>3.234</b>

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Instituto não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco até 31 de dezembro de 2023. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas.

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Conta corrente	53	121
Aplicações financeiras (i)	1.260	1.136
	<b>1.313</b>	<b>1.257</b>

(i) O saldo é representado por aplicações automáticas e certificados de depósito bancários no País, remunerados às taxas que variam entre 99% e 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) cuja liquidez é inferior a 90 dias.

**7 Adiantamentos a fornecedores e funcionários**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Adiantamentos a fornecedores (i)	996	112
Adiantamento a funcionários	61	21
	<b>1.057</b>	<b>133</b>

(i) Adiantamentos de valores referentes a serviços que serão prestados pelos fornecedores quando da realização do 7º Congresso Internacional Sabará-PENSI de Saúde Infantil em outubro de 2024. O saldo é composto também por direito creditório de R\$364 referente a contrato firmado entre a Fundação José Luiz Egydio Setúbal (“Fundação”) (associada mantenedora) e o Instituto, onde a Fundação cedeu o direito em recursos conversíveis em participação em direitos sobre programa(s) de computador ou em sociedade detentora de direitos sobre programa(s) de computador.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**8 Despesas antecipadas**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prêmios de seguros a apropriar	11	12
Benefícios à funcionários	107	66
Licenças de uso de <i>software</i>	340	64
Outras despesas antecipadas	<u>51</u>	<u>298</u>
	<u><b>509</b></u>	<u><b>440</b></u>

As despesas antecipadas correspondem a pagamentos realizados por serviços a serem realizados por fornecedores ao longo do período de contratação. Essas despesas estão sendo gradualmente reconhecidas como gastos, conforme o contrato estabelecido.

**9 Investimentos****9.1 Composição dos saldos de investimentos**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Investimento em controlada em conjunto	1.255	1.254
Ágio na aquisição de investimento (i)	1.866	1.866
Redução ao valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> ) (ii)	<u>(3.121)</u>	<u>(3.120)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

A participação em controlada em conjunto, avaliada por meio do método de equivalência patrimonial, é apurada de acordo com o balanço da respectiva investida na data base.

Em 19 de dezembro de 2020, o Instituto adquiriu quotas da empresa Tuinda Care Importação e Comércio de Artigos e Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda. (“Tuinda Care”) pelo valor de R\$ 3.150, com aumento de capital na investida em R\$ 1.500 e mediante acordo de quotistas que garante o controle compartilhado com a sócia. O saldo de R\$ 1.650 foi registrado como ágio na aquisição de investimento. A Administração julga que este investimento é estratégico para o objetivo do Instituto e seu relacionamento com a sócia, apesar do resultado negativo auferido nos últimos anos.

Em 2023, o Instituto realizou aumento de capital social adicional na investida no valor de R\$ 2.715 mediante acordo de quotistas que garante o controle compartilhado com a sócia.

- (i) O valor do ágio do investimento é determinado pela diferença entre o custo de aquisição do investimento e o valor de participação do Patrimônio Líquido da controlada em conjunto.
- (ii) Em 2022, a administração analisou os resultados de sua investida e julgou necessário realizar o teste *impairment* do saldo do investimento. Este teste foi fundamentado em laudo de avaliação, à época elaborado por especialistas independentes, e identificou a necessidade de redução ao valor recuperável no investimento na Tuinda Care, uma vez que considerando o método de fluxo de caixa descontado, o valor aferido para a UGC seria inferior ao valor do *carrying amount* do ativo na data-base. A análise realizada para o exercício de 2023 confirmou a conclusão de manter o *impairment* já registrado no exercício de 2022.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**9.2 Movimentação dos saldos de investimentos**

A movimentação dos investimentos no decorrer dos exercícios de 2023 e 2022 está assim apresentada:

<b>Investida</b>	<b>Participação</b>	<b>2022</b>	<b>Aumento de participação societária</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>2023</b>
Tuinda Care	50%	-	2.715	(2.964)	249	-
		-	<b>2.715</b>	<b>(2.964)</b>	<b>249</b>	-
<b>Investida</b>	<b>Participação</b>	<b>2021</b>	<b>Aumento de participação societária</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>2022</b>
Tuinda Care	50%	1.432	1.400	(1.578)	(1.254)	-
		<b>1.432</b>	<b>1.400</b>	<b>(1.578)</b>	<b>(1.254)</b>	-

Em 2023 foi apurada a equivalência patrimonial de acordo com o resultado apurado pela investida no valor de R\$ 2.964 (2022 – R\$ 1.578).

**9.3 Movimentação dos saldos de ágio**

A movimentação do ágio na aquisição do investimento no decorrer dos exercícios de 2022 está apresentada abaixo. Não houve movimentação no saldo de ágio em 2023.

<b>Investida</b>	<b>2021</b>	<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Tuinda Care	1.866	(1.866)	-	-
	<b>1.866</b>	<b>(1.866)</b>	-	-

**9.4 Informações financeiras da investida**

O sumário da informação financeira da investida em 31 de dezembro de 2023 e 2022, incluindo o impacto das ressalvas dos relatórios do auditor independente, está assim apresentado:

<b>Investida</b>	<b>Participação</b>	<b>Ativo Circulante</b>	<b>Ativo Não circulante</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado do exercício</b>
<b>2023</b>						
Tuinda Care	50%	585	3.877	1.952	2.510	(5.929)
Participação do Instituto		<b>292</b>	<b>1.938</b>	<b>976</b>	<b>1.255</b>	<b>(2.964)</b>

A Tuinda Care possui sede em Curitiba, estado do Paraná. A empresa tem como objetivo social a exploração do ramo de importação e comércio varejista de artigos e equipamentos médicos e hospitalares.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**10 Imobilizado**

	<b>Equipamentos e instalações</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Benfeitorias em bens de terceiros</b>	<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>Imobilizado total</b>
Custo total	2.436	394	1.397	-	4.227
Depreciação acumulada	(868)	(156)	(1.388)	-	(2.412)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.568</b>	<b>238</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>1.815</b>
Adições	351	115	436	-	902
Depreciação	(239)	(36)	(77)	-	(352)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.680</b>	<b>317</b>	<b>368</b>	<b>-</b>	<b>2.365</b>
Custo total	2.787	509	1.833	-	5.129
Depreciação acumulada	(1.107)	(192)	(1.465)	-	(2.764)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.680</b>	<b>317</b>	<b>368</b>	<b>-</b>	<b>2.365</b>
Adições (i)	149	3	-	424	575
Depreciação	(179)	(43)	(105)	-	(327)
Baixas	(87)	-	-	(5)	(92)
Transferências	-	43	-	(43)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.562</b>	<b>319</b>	<b>263</b>	<b>376</b>	<b>2.521</b>
Custo total	2.848	553	1.834	376	5.612
Depreciação acumulada	(1.286)	(235)	(1.570)	-	(3.091)
<b>Valor residual</b>	<b>1.561</b>	<b>318</b>	<b>264</b>	<b>376</b>	<b>2.521</b>

(i) Em 2023, o Instituto iniciou a ampliação as suas instalações para comportar as ações relacionadas aos projetos. Além disso, houve investimentos na área de infraestrutura de TI.

**11 Intangível**

	<b>Softwares</b>	<b>Marcas registradas</b>	<b>Total</b>
Custo total	67	14	81
Amortização acumulada	(41)	(1)	(42)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>26</b>	<b>13</b>	<b>39</b>
Adições	-	3	3
Amortização	(9)	(1)	(10)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>32</b>
Custo total	67	17	83
Amortização acumulada	(50)	(2)	(52)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>32</b>
Amortização	(9)	(1)	(10)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>22</b>
Custo total	67	17	83
Amortização acumulada	(59)	(3)	(62)
<b>Valor residual</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>22</b>

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**12 Direito de uso e passivo de arrendamentos**

O Saldo de arrendamento do Instituto refere-se ao aluguel dos andares de prédios comerciais para sua área administrativa, firmados em contratos por períodos fixos de 15 meses a 5 anos, podendo incluir opções de prorrogação. O impacto da adoção inicial do CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil nos saldos está descrita na Nota 2.15. A taxa de desconto aplicada aos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 é de 19,56% ao ano.

**Ativo de direito de uso**

	<u>Imóveis</u>	<u>Direito de uso total</u>
<b>Em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>1.725</b>	<b>1.725</b>
Adições	455	455
Remensurações	728	728
Depreciação	<u>(502)</u>	<u>(502)</u>
Custo total	2.907	1.182
Depreciação acumulada	<u>(502)</u>	<u>(502)</u>
Valor residual	<u>2.406</u>	<u>2.406</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.406</b>	<b>2.406</b>
Adições	491	491
Remensurações	121	121
Depreciação	(685)	(685)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.333</b>	<b>2.333</b>
Custo total	3.520	3.520
Depreciação acumulada	<u>(685)</u>	<u>(685)</u>
<b>Valor residual</b>	<b><u>2.333</u></b>	<b><u>2.333</u></b>

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Passivo de arrendamentos**

a) A movimentação do passivo de arrendamento está apresentada abaixo:

	<u>Imóveis</u>	<u>Passivo de arrendamento total</u>
<b>Em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>1.725</b>	<b>1.725</b>
Adições	455	455
Remensurações	728	728
Pagamentos	(699)	(699)
Juros incorridos	416	416
Passivo de arrendamento	2.908	2.908
Ajuste ao valor presente	(284)	(284)
Valor residual	<u>2.624</u>	<u>2.624</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.624</b>	<b>2.624</b>
Adições	491	491
Remensurações	122	122
Pagamentos	(963)	(963)
Juros incorridos	471	471
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.745</b>	<b>2.745</b>
Passivo de arrendamento	3.521	3.521
Ajuste ao valor presente	(776)	(776)
<b>Valor residual</b>	<b><u>2.745</u></b>	<b><u>2.745</u></b>

b) O cronograma de pagamentos da parcela de provisão para arrendamento está apresentado abaixo:

**Vencimento**

2024	755
2025	863
2026	1.032
2027	95
<b>Total</b>	<b><u>2.745</u></b>
Circulante	745
Não circulante	2.000

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) O impacto do resultado do exercício está apresentado abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciação do direito de uso	(685)	(502)
Apropriação de juros dos arrendamentos	(471)	(416)
Resultado da baixa de ativos de direito de uso	<u>(1.157)</u>	<u>(918)</u>

**13 Fornecedores**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de apoio (i)	921	455
Serviços médicos	145	135
Materiais de pesquisa	63	9
Materiais diversos	8	11
	<u>1.137</u>	<u>610</u>

(i) A rubrica de serviços de apoio refere-se substancialmente a consultorias, energia elétrica, condomínio e utilidades básicas e outros serviços de apoio à gestão.

**14 Salários e encargos a pagar**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para férias e encargos	372	355
Salários a pagar	197	137
INSS a recolher	134	106
FGTS a recolher	19	9
Contribuição sindical a pagar	1	1
	<u>723</u>	<u>608</u>

**15 Subvenções governamentais e Aplicações financeiras com restrição**

O Instituto recebeu do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) o montante de R\$ 577 em dezembro de 2018. Tal montante e rendimentos decorrentes da aplicação serão destinados para desenvolver o projeto de “Detecção e intervenção precoce de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em crianças de zero a quatro anos em situação de vulnerabilidade social, através de rastreamento ocular (*eye tracking*) e método da Análise Aplicada do Comportamento (ABA)”.

O projeto foi aprovado inicialmente através da Portaria nº 1.319 de 04 de dezembro de 2018, com prazo de execução de 12 meses e valor original do projeto deferido de R\$ 577, sendo que o valor captado totaliza R\$ 687. Posteriormente, o projeto foi retificado e aprovado através da Portaria nº 70 de 27 de janeiro de 2020, sendo o montante foi retificado para R\$ 606 e prazo para 18 meses.

Em 21 de março de 2021 o Instituto recebeu o ofício autorizando início do projeto, sendo que desde então projeto está em andamento e este valor encontra-se aplicado em conta de movimentação no Banco do Brasil, e em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 8, sendo o saldo de subvenção a realizar de R\$ 8. Este projeto foi finalizado em outubro de 2023 e o saldo remanescente será devolvido ao PRONAS.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O Instituto recebeu do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) o montante de R\$ 1.702 em dezembro de 2019. Tal montante e rendimentos decorrentes da aplicação serão destinados para desenvolver o projeto de “Formação de Centro de Referência piloto para detecção precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) para diagnóstico e atendimento multiprofissional” que visa contribuir com o diagnóstico precoce e mais assertivo do TEA a partir de sinais de rastreamento do olhar e dados fenotípicos para direcionamento preciso à intervenção, criando um centro para diagnóstico e tratamento precoce.

O projeto foi aprovado inicialmente através da Portaria nº 1.212 de 27 de novembro de 2019, com prazo de execução de 24 meses e valor original do projeto deferido de R\$ 1.453, sendo que o valor captado totaliza R\$ 1.702. O montante captado a maior foi devolvido corrigido ao Ministério da Saúde em julho de 2021, o montante de R\$ 261. Em 15 de junho de 2021 o Instituto recebeu o ofício autorizando início do projeto, mas o Instituto decidiu iniciar a execução do projeto em 2023. Este valor encontra-se aplicado em conta de movimentação no Banco do Brasil, e em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 1.462, sendo o saldo de subvenção a realizar de R\$1.145.

<b>Projetos Incentivados</b>	<b>2022</b>	<b>Captação de recursos</b>	<b>Resgates</b>	<b>Rendimento líquido</b>	<b>2023</b>
Pronas – EyeTracking TEA	169	-	(170)	9	8
Pronas – TEA Assistencial	1.633	-	(620)	132	1.145
	<b>1.802</b>	-	<b>(790)</b>	<b>141</b>	<b>1.153</b>

  

<b>Projetos Incentivados</b>	<b>2021</b>	<b>Captação de recursos</b>	<b>Resgates</b>	<b>Rendimento líquido</b>	<b>2022</b>
Pronas – EyeTracking TEA	403	-	(261)	27	169
Pronas – TEA Assistencial	1.510	-	-	123	1.633
	<b>1.913</b>	-	<b>(261)</b>	<b>150</b>	<b>1.802</b>

**16 Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio social do Instituto totalizava R\$ 3.389 (2022 – R\$ 2.880).

O Instituto tem como associados mantenedores o Dr. José Luiz Egydio Setúbal e a Fundação.

O Instituto não remunera ou concede vantagens ou benefícios a seus dirigentes, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelo Estatuto, sendo também vedada a distribuição de patrimônio, rendas, bonificações ou vantagens, sob qualquer forma ou pretexto, a dirigentes, conselheiros, mantenedores, benfeitores, instituidores e colaboradores, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento.

**17 Partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Instituto mantinha os seguintes saldos com partes relacionadas:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Contribuição Associativa da Fundação (Receita)	15.063	4.263
Total partes relacionadas	<b>15.063</b>	<b>4.263</b>

A Fundação, instituição de assistência social com sede na cidade de São Paulo, é associada mantenedora do Instituto. A Fundação realiza contribuições associativas junto ao Instituto para financiamento de suas atividades.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**18 Receitas operacionais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Sem restrição		
Cotas associativas	18.809	13.615
Doações para custeios condicionais (i)	100	-
Patrocínios de cursos e workshops	381	1.047
Receita com voluntariado (Nota 22)	1.267	1.056
Receita com gratuidade concedida (Nota 23)	2.807	236
Outras Receitas (i)	39	20
Com restrição		
Subvenções para custeios condicionais	790	261
Deduções		
Imposto sobre serviços (ISS)	(13)	(10)
	<u><b>24.180</b></u>	<u><b>16.226</b></u>

(i) Em 2023, o valor nesta rubrica refere-se à doação para custeio do projeto “Impactos de Intervenções sobre a Institucionalização Precoce”.

**19 Custos dos serviços prestados**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custos com pessoal (i)	(4.019)	(2.715)
Despesas com materiais e serviços de apoio	(3.825)	(2.981)
Gastos com manutenções	(386)	(327)
Locações	(390)	(617)
Depreciação e amortização	(967)	(789)
Viagens e estadias	(20)	(81)
Impressos e formulários	(26)	(55)
Assinatura de jornais e revistas	(64)	(86)
Propaganda e marketing	(219)	(200)
Premiação trabalhos científicos	-	(83)
Outros custos (ii)	(368)	(478)
	<u><b>(10.284)</b></u>	<u><b>(8.412)</b></u>

(i) Em 2023, o quadro de funcionários aumentou em 84% para atender a todos os novos projetos.

(ii) O saldo de outros custos refere-se substancialmente, a gastos com imobilizado de pequeno valor, segurança patrimonial, energia elétrica e outros custos fixos e variáveis do exercício.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**20 Despesas administrativas e gerais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesa com pessoal	(2.775)	(2.256)
Despesas com serviços de apoio	(1.804)	(1.316)
Despesas com publicidade	(508)	(425)
Gastos com manutenções	(106)	(89)
Locações	(60)	(52)
Depreciação	(124)	(74)
Doações	(101)	(148)
Outras despesas (i)	(523)	(317)
	<u><b>(6.001)</b></u>	<u><b>(4.677)</b></u>

(i) O saldo de outras despesas refere-se substancialmente, limpeza das instalações, refeições, eventos, conduções urbanas e outras despesas do exercício.

**21 Resultado financeiro**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações	239	182
Outras receitas financeiras	2	3
	<u><b>241</b></u>	<u><b>185</b></u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre arrendamentos	(471)	(416)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(113)	(76)
Despesas bancárias	(16)	(13)
Comissões e corretagens	(2)	(3)
Outras despesas financeiras	(9)	(4)
	<u><b>(611)</b></u>	<u><b>(512)</b></u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>(370)</b></u>	<u><b>(327)</b></u>

**22 Receita e despesa com voluntariado**

O montante de receita e despesa de voluntariado compreende a participação de membros de diretoria estatutária e conselho de administração. Conforme previsto no ITG 2002 (R1), foi reconhecido o saldo na rubrica de Receita e Despesa com voluntariado para demonstrar esses serviços caso fossem cobrados, totalizariam um montante em 2023 de R\$ 1.267 (R\$ 1.056 em 2022).

**23 Receita e despesa com gratuidade concedida****Projeto PAPE**

Em março de 2022 foi firmado acordo de cooperação (nº 01/2022-SMS.G) entre a Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura de São Paulo, o Instituto e a Fundação para o Projeto PAPE (Pensi Ambulatório Pediátrico), a fim de promover cooperação técnica para integração na assistência, ensino e pesquisa.

O Projeto PAPE tem como finalidade a atenção à saúde de crianças e jovens entre 0 e 17 anos por meio de atendimento multidisciplinar integrado envolvendo: realização de atendimento médico em diversas especialidades, exames complementares, e também, serviço social, não havendo cobrança pelos atendimentos prestados.

**Instituto de Pesquisa PENSI****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os beneficiários são crianças e adolescentes referenciados pela Rede Municipal de Saúde de São Paulo. Abaixo o detalhamento dos atendimentos por especialidade e os exames executados:

<b>Especialidade</b>	<b>Número de Atendimentos</b>	<b>R\$ Gratuidade concedida</b>
Neuropediatria	1.790	1.013
Pneumopediatria	776	442
Gastroenterologia	726	415
Alergia e Imunologia	562	320
Nutrição	714	164
Endocrinologia	200	117
Pediatria	1	1
	<b>4.769</b>	<b>2.472</b>

<b>Exames</b>	<b>Quantidade de Exames</b>	<b>R\$ Gratuidade concedida</b>
Ressonância magnética	154	175
Tomografia computadorizada	103	53
Ultrassom	109	17
Prova de Função Pulmonar ou Espirometria	75	70
	<b>441</b>	<b>315</b>

**Projeto CARE**

Em novembro de 2023, o Instituto deu início ao Projeto Pensi CARE (Cuidado e Assistência Referenciada), que oferece consultas médicas e multidisciplinares para os filhos dos cuidadores do Instituto, Fundação e Hospital Infantil Sabará ("Hospital").

O Projeto CARE tem como finalidade a atenção à saúde de crianças e jovens entre 0 e 17 anos por meio de atendimento multidisciplinar integrado envolvendo realização de atendimento médico em diversas especialidades, e também, serviço social, não havendo cobrança pelos atendimentos prestados.

Abaixo o detalhamento dos atendimentos por especialidade executados:

<b>Especialidade</b>	<b>Número de Atendimentos</b>	<b>R\$ Gratuidade concedida</b>
Neuropediatria	8	5
Pneumopediatria	7	4
Gastroenterologia	3	2
Alergia e Imunologia	4	2
Nutrição	8	2
Endocrinologia	10	6
	<b>40</b>	<b>21</b>

**24 Eventos subsequentes**

Em 02 de janeiro de 2024 o Instituto fez uma nova integralização de R\$ 375 e adicionalmente R\$500 em 02 de fevereiro de 2024 e R\$900 em 15 de abril para aumentar o capital social da investida Tuinda Care, mantendo o controle compartilhado e 50% do total de cotas conforme contrato social. \* \* \*

**Certificate Of Completion**

Envelope Id: 86253D906ABD4A69BF2CE5C04D7A41BD	Status: Completed
Subject: Complete with DocuSign: PENSI23.DEZ.pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 33	Signatures: 1
Certificate Pages: 8	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Monica Franca
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	monica.franca@pwc.com
	IP Address: 201.56.5.228

**Record Tracking**

Status: Original 30 April 2024   15:32	Holder: Monica Franca monica.franca@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 30 April 2024   17:17	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

**Signer Events**

Fábio de Oliveira Araújo  
fabio.araujo@pwc.com  
PwC BR  
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

**Signature Provider Details:**

Signature Type: ICP Smart Card  
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Accepted: 09 May 2022 | 17:26  
ID: 036696e5-148b-4b66-a10f-2d73c6e1688b  
Company Name: PwC

**Signature**

DocuSigned by:  
  
1295B63D319F49F...  
Signature Adoption: Pre-selected Style  
Using IP Address: 54.94.244.235

**Timestamp**

Sent: 30 April 2024 | 15:35  
Viewed: 30 April 2024 | 17:15  
Signed: 30 April 2024 | 17:17

<b>In Person Signer Events</b>	<b>Signature</b>	<b>Timestamp</b>
<b>Editor Delivery Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamp</b>
<b>Agent Delivery Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamp</b>
<b>Intermediary Delivery Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamp</b>
<b>Certified Delivery Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamp</b>
<b>Carbon Copy Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamp</b>

Monica Franca monica.franca@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	<b>COPIED</b>	Sent: 30 April 2024   17:17 Viewed: 30 April 2024   17:17 Signed: 30 April 2024   17:17
<b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b> Not Offered via DocuSign		

Vyctor Baldan vyctor.baldan@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	<b>COPIED</b>	Sent: 30 April 2024   15:35
--	---------------	-----------------------------

<b>Carbon Copy Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamp</b>
---------------------------	---------------	------------------

Electronic Record and Signature Disclosure:  
Not Offered via DocuSign

<b>Witness Events</b>	<b>Signature</b>	<b>Timestamp</b>
-----------------------	------------------	------------------

<b>Notary Events</b>	<b>Signature</b>	<b>Timestamp</b>
----------------------	------------------	------------------

<b>Envelope Summary Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 April 2024   15:35
Certified Delivered	Security Checked	30 April 2024   17:15
Signing Complete	Security Checked	30 April 2024   17:17
Completed	Security Checked	30 April 2024   17:17

<b>Payment Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
-----------------------	---------------	-------------------

Electronic Record and Signature Disclosure

## **CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA**

### **Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura**

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

### **Obtenção de cópias impressas**

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

### **Revogação de seu consentimento**

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

### **Consequências da revogação de consentimento**

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

## **Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente**

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

### **Como contatar a PwC:**

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com)

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com)

### **Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:**

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

### **Para solicitar cópias impressas a PwC:**

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

### **Para revogar o seu consentimento perante a PwC:**

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

**Hardware e software necessários\*\*:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

\*\* Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

**Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:**

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

### **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

#### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

#### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

#### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

### **How to contact PwC:**

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com)

### **To advise PwC of your new email address**

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

### **To request paper copies from PwC**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

## **To withdraw your consent with PwC**

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to [fiche.alessandra@pwc.com](mailto:fiche.alessandra@pwc.com) and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

## **Required hardware and software**

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

## **Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.